



Número: **0009797-65.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOHNY CLAUDE DE LIMA (AUTOR)		JOSE PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)			
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58219 411	19/02/2020 11:22	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
58219 415	19/02/2020 11:22	<a href="#">1 - PETIÇÃO INICIAL</a>	Petição em PDF
58219 416	19/02/2020 11:22	<a href="#">2 - PROCURAÇÃO</a>	Procuração
58219 417	19/02/2020 11:22	<a href="#">3 - DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO</a>	Documento de Identificação
58219 418	19/02/2020 11:22	<a href="#">4 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
58219 419	19/02/2020 11:22	<a href="#">5 - DOCUMENTO DO VEÍCULO</a>	Outros (Documento)
58219 420	19/02/2020 11:22	<a href="#">6 - BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Outros (Documento)
58219 422	19/02/2020 11:22	<a href="#">7 - DOCUMENTOS HOSPITALARES COMPROBATORIOS</a>	Laudo
58219 423	19/02/2020 11:22	<a href="#">8 - RESPOSTA ADMINISTRATIVA</a>	Outros (Documento)
59797 088	25/03/2020 17:25	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
60575 458	13/04/2020 18:16	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
62242 584	21/05/2020 09:07	<a href="#">Resposta</a>	Resposta
62242 592	21/05/2020 09:07	<a href="#">RÉPLICA - JOHNY CLAUDE DE LIMA</a>	Petição em PDF
63087 386	05/06/2020 17:22	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.**

**JOHNY CLAUDE DE LIMA**, brasileiro, solteiro, soldador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 225.654.358-78, portador da Cédula de Identidade RG número 10.000.683 SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Solmar, 1064, casa 01, Bairro do Janga, Cidade do Paulista, Pernambuco, por seus advogados infra-assinados, devidamente constituídos nos termos do instrumento particular de mandato anexo, com endereço profissional, para os fins do art. 269, § 1º do CPC, situado no endereço constante do timbre abaixo, e cujo endereço eletrônico, para os fins do artigo 270 do CPC, é o **kleitonascimento@live.com**, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA**

#### **(SEGURO DPVAT)**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOS SEGUROS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, com endereço localizado na Rua da Assembleia, nº 100, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.011-904 com endereço eletrônico **faleconosco@seguradoralider.com.br** e **Excelsior Seguros**, inscrita no CNPJ 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Recife/PE, CEP 50.030-901, Fone: (81) 3087-9200 com o endereço eletrônico: **excelsior@excelsiorseguros.com.br.**, pelas razões de fato e de direito adiante aduzidas:

Rua Milton Souza Lopes, 213, Centro - Paulista / PE  
F: 81 98408.7778 - 81 98711.6207 / E: andradesantana333@gmail.com



---

## I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA

---

Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração anexo.

---

## II. DOS FATOS

---

No dia **15/06/2019 às 20:00** a parte Autora sofreu um acidente de trânsito (por abalroamento), é sabido que por conta deste o Autor veio a ficar com sequelas permanentes **HD DE FX MALEOLO LATERAL TNZ DIREITO**, conforme **declaração e atestado médicos** anexos.

Mister se faz necessário frisar que a parte Autora foi para a sua residência pois achara que nada grave havia ocorrido, este por sua vez após dois dias do ocorrido sentindo muitas dores dirigiu-se a Unidade de Pronto Atendimento Olinda (OLINDA/PE) onde o mesmo realizou todos os procedimentos constatando assim a fratura já declarada no parágrafo anterior.

A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 28/10/2019, apenas o valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme documento anexo.

Constatada a debilidade da parte autora, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), corrigida desde a data do evento, sendo tal valor corresponde a quantia máxima da indenização.

A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), mas que só foi paga a quantia de **R\$ 843,75** (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), resta ainda o montante de **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.



A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições socioeconômicas do autor: pessoa de baixa escolaridade, soldador, contando com 42 anos, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

---

### III. DO DIREITO

---

#### IV.I SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO

---

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o Autor o direito ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

---

#### IV. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).

---

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até **R\$ 13.500,00**.

Contudo, diante da situação sociocultural em que está inserida a parte demandante (**soldador, baixo grau de instrução e contando com 42 anos de idade**), e pela incapacidade apresentada pelo mesmo **diante de suas graves sequelas**, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 479 do NCPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

**Art. 479. O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de**



**considerar as conclusões do laudo, levando em conta  
o método utilizado pelo perito.**

Outrossim, convém trazer à baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**  
APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208  
TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO  
- Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS.  
SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a titulo de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**Acórdão STJ**

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I.O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério



legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

**II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão: Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.

---

## **VI. DOS PEDIDOS**

---

**PELO EXPOSTO**, requer a V. Exa.:

- a)** os benefícios da justiça gratuita por não ter condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família na forma da lei 1060/50;
- b)** citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;



**c)** Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo

**d)** a produção de prova pericial, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de documentos e depoimento de testemunhas;

**e)** condenar a ré ao pagamento da diferença restante da indenização do seguro DPVAT, correspondendo ao valor integral no montante de R\$ **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;

**f)** a condenação da ré na verba honorária de sucumbência;

Dá-se à causa o valor de R\$ **R\$ 12.656,25** (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), tão somente para os efeitos fiscais.

Neste temos,

Pede Deferimento.

Recife, 18 de fevereiro de 2020.

**Kleiton do Nascimento Andrade**  
**OAB-PE 45.895**

**Alexsandro Silva de Santana**  
**OAB-PE 49.091**

**José Paulo Barbosa de Oliveira**  
**OAB-PE 51.853**





**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** JOHNY CLAUDE DU LIMA  
**NACIONALIDADE:** BRASILEIRO **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO  
**PROFISSÃO:** SOCORRISTA **CPF:** 225.654.358-78  
**ENDEREÇO:** RUA SOLMAN, 1064, CPJA 02  
**BAIRRO:** JANGA **CEP:** 53435-340  
**CIDADE:** PAULISTA **UF:** Pernambuco

**OUTORGADOS:** KLEITON DO NASCIMENTO ANDRADE, CPF/MF 082.419.264-80 e OAB/PE 45.895, ALEXSANDRO SILVA DE SANTANA, CPF/MF 067.958.064-64, e OAB/PE 49.091, e JOSÉ PAULO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF/MF 064.401.894-17, e OAB/PE 51.853, ambos com endereço profissional situado no endereço constante do timbre abaixo.

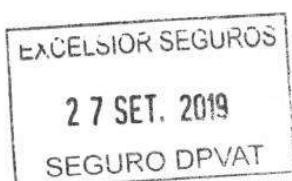
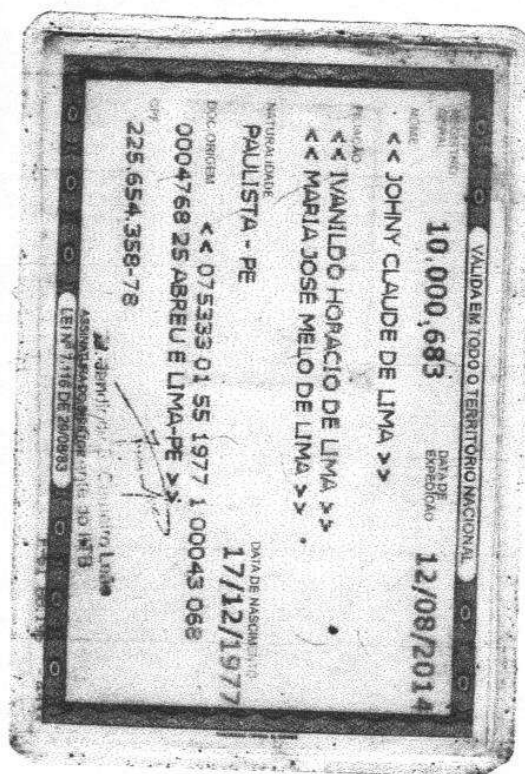
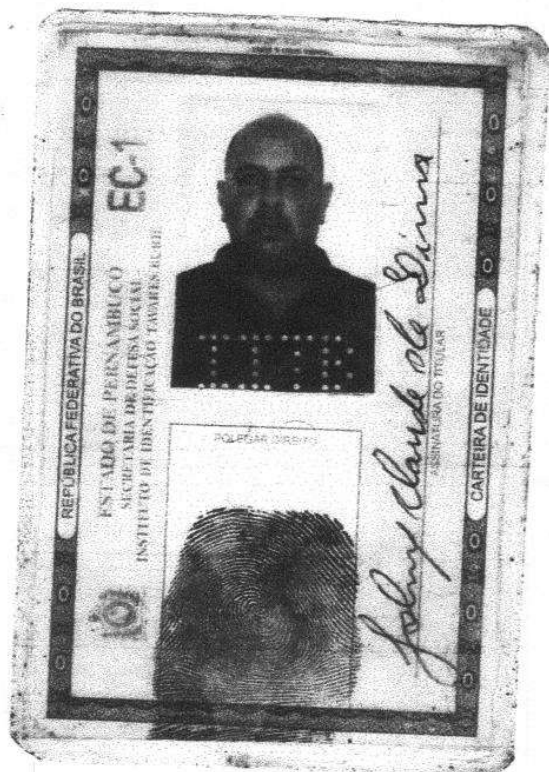
**PODERES:** Poderes geral para o foro, especialmente para a defesa dos interesses do(a) Outorgante no ajuizamento e acompanhamento de ações, bem como para habilitação em ações contra o(a) Outorgante, podendo os Outorgados apresentar contestação e praticar todos os demais atos necessários à defesa de seus interesses, podendo ainda os Outorgados agindo em conjunto ou separadamente, em qualquer instância ou grau de jurisdição a tudo requerer, inclusive transigir, desistir, receber, dar quitação, firmar, compromisso e substabelecer com ou sem reservas, praticando todo e qualquer ato, por mais específico que seja necessário ao fiel cumprimento do presente.

**DECLARAÇÃO:** O(A) outorgante **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

PAULISTA, 14 de FEVEREIRO de 2020.

Johny Claude de Lima  
**OUTORGANTE**







Data da Postagem: 05/02/19  
Data de Vencimento: 15/08/2019  
Data prevista de fechamento da próxima fatura: 04/03/2019



CTC RECIFE PE PL2  
IVANILDO HORACIO DE LIMA  
RUA SOLMAR 1064 CASA 01  
JANGA  
53435-340 PAULISTA PE



72 09036539 48954 00000435685 3 0 050819

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE Nº 014357328477  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM IN. RC EXERCÍCIO  
1 1079642320 \*\*\*\*\* 2019

NOME  
JOHNY CLAUDE DE LIMA

PAULISTA-PE

225.654.358-78

PLACA  
PCM3133

PLACA ANT./UF  
\*\*\*\*\* LXYPCEBL06F0206699

ESPECIE TIPO  
PAS CICLOMOTOR

MARCA/MODELO  
I/SHINERAY XY 50 Q 2

CAP/POV/CIL  
2P/49CL

CATEGORIA  
PARTIC

COTA UNICA  
IPVA 2019 QUITADO

FAIXA IPVA  
1 \*\*\*\*\*3 \*\*\*\*\*

PREMIO TARIFARIO (R\$)  
15.43

IOF (R\$)  
0.07

PREMIO TOTAL (R\$)  
19.50

DATA DE PAGAMENTO  
29/01/19

SEM RESERVA

ENTRADA DE PORTA OBRIGATORIA

PAULISTA-PE

11/02/19

Roberto Carlos Moreira Fontelles

Director Presidente DETRAN/PE

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT





**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 034ª CIRCUNSCRIÇÃO - MARIA FARINHA -  
DP34ªCIRC DIM/8ªDESEC**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0124001135**

**Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 16/08/2019 às  
13:17**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)  
que aconteceu no dia 15/8/2019 às 20:00**

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA DOUTOR CLAUDIO JOSE GUEIROS  
LEITE, 01 - Bairro: PAU AMARELO - PAULISTA/PERNAMBUCO/BRASIL -**  
Ponto de Referência: **PROXIMIDADES DA PADARIA KARLA SENTIDO  
JANGA**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

**Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:**

**CONDUTOR DO VEÍCULO AUTOMÓVEL (AUTOR / AGENTE )  
JOHNY CLAUDE DE LIMA (VITIMA )**

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT

**Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:**

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a)  
Sr(a): CONDUTOR DO VEÍCULO AUTOMÓVEL  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a)  
Sr(a): JOHNY CLAUDE DE LIMA**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

**JOHNY CLAUDE DE LIMA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: MARIA  
JOSÉ MELO DE LIMA Pai: IVANILDO INÁCIO DE LIMA Data de Nascimento: 17/12/1977  
Naturalidade: PAULISTA / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 22565435278 (CPF) Estado  
Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: SOLDADOR Telefones  
Celulares:  
- 987302940**

**Exame pericial: (solicitado por esta unidade operacional): IML PARA EXAME DE CORPO DELITO  
Endereço Residencial: RUA SOLMAR, 1964, CASA 01 - CEP: 55060-000 - Bairro: JANGA -  
PAULISTA/PERNAMBUCO/BRASIL, PRÓXIMO DO MERCADO PÚBLICO DO CONJ. BEIRA  
MAR**

**CONDUTOR DO VEÍCULO AUTOMÓVEL (não presente ao plantão) - Sexo:  
Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)**

**VEÍCULO AUTOMÓVEL (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): CONDUTOR DO  
VEÍCULO AUTOMÓVEL, que estava em posse do(a) Sr(a): CONDUTOR DO VEÍCULO**





Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEL/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido:

**Não**

Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFQ9462 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Descrição: **DE MARCA, MODELO, ANO E COR NÃO IDENTIFICADOS PELA VÍTIMA.**

**VEÍCULO MOTONETA SHINERAY (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **JOHNY CLAUDE DE LIMA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **JOHNY CLAUDE DE LIMA**

Categoria/Marca/Modelo: **MOTONETA/SHINERAY/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**

Cor: **AZUL** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

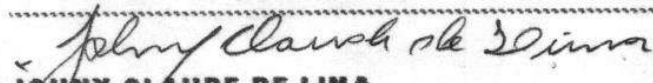
Placa: **PCM3133 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)**

Ano Fabricação/Modelo: **2014/2015**

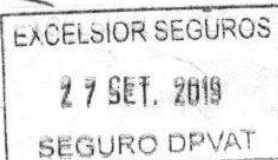
### Complemento / Observação

INFORMOU A VÍTIMA QUE QUANDO TRANSITAVA COM SEU VEÍCULO MOTONETA SHINERAY NA AV. CLÁUDIO GUEIROS LEITE, SENTIDO PAU AMARELO/JANGA, NAS IMEDIAÇÕES DA PADARIA KARLA, FOI COLIDIDO PELO CONDUTOR DO VEÍCULO AUTOMÓVEL, O QUAL LOGO EM SEGUIDA AO ACIDENTE DE TRANSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL SE EVADIU DO LOCAL DO ACIDENTE. RESSALTA A VÍTIMA QUE PENSANDO NÃO HAVER GRAVIDADE NO FERIMENTO DO ACIDENTE, FOI PARA SUA RESIDÊNCIA. ADIANTA AINDA QUE 02( DOIS ) DIAS APÓS O ACIDENTE, A VÍTIMA SE DIRIGIU PARA A UPA DE OLINDA NA PE-15 CIDADE TABAJARA- OLINDA, COM DORES E INCHASSO NA PERNA DIREITA, ONDE FOI CONSTATADO UMA FRATURA NO TORNOMELO, SENDO A VÍTIMA ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAES, SENDO COLOCADA UMA TALA, E RECOMENDADA A VOLTA COM 02 ( DOIS ) MESES. A VÍTIMA APRESENTOU NO MOMENTO DO REGISTRO DO BOE, UMA CÓPIA DO ATENDIMENTO:482366, DATADA DE 17/06/2019 DO HOSPITAL MIGUEL ARRAES. NADA MAIS A REGISTRAR.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

  
JOHNY CLAUDE DE LIMA  
(VÍTIMA)

B.O. registrado por: **ANTONIO SIMÕES DE ARRUDA NETO** - Matrícula: **321052-0**





UPA OLINDA - OLINDA



Senha da Classificação:

0070

Idimento: 1481227

e Hora: 15/06/2019 08:04

Sexo: MASCULINO

ciente: 513743 JOHNY CLAUDE DE LIMA

SUS - PRONTO ATENDIMENTO

me Social:

ta do Nascimento: 17/12/1977 Idade: 41 anos

Convenio: 2

me da Mãe: MARIA JOSE MELO DE LIMA

Nome do Pai:

CRM: 123456

tado Civil: SOLTEIRO

ndereço: RUA PALMEIRINHA

idade/UF: PAULISTA

G (Identidade):

PF (Cadastro de Pessoa Física):

RN (Certidão de Registro de Nasc):

Nome do Médico: CLINICO - PLANTONISTA

Bairro: JANGA

Usuário Atendimento: ALESSANDRACS

Data de Emissão:

Fone: 83143194

Data de Emissão CRN:

## RESUMO DE TRATAMENTO

eso:

Altura:

Temperatura:

Hora:

Queixa Principal

Queixa de Alopécia. Nega  
marcos de pele. Nega com  
nega de al. Renda com

Exame Físico

Nome do Médico: CLINICO

Hipótese Diagnóstico

Conduta Terapêutica

Prescrição Médica

ce toprolen 1mg 2m

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT

Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

Transferido:

Para:

Senha:

Carimbo/Médico



1481227

# PA 24 HORAS - OLINDA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 15/06/2019 07:42

Nome Paciente: JOHNY CLAUDE DE LIMA  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 16/12/1977  
Sexo: Masculino  
Idade: 41  
Senha: 0064  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

Período: 15/06/2019 07:58 - 15/06/2019 08:00

EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Urgência: URGENCIA - AMARELO

Cor: AMARELO

Queixa Principal: RELATO DE ATROPELAMENTO, REFERA TRAUMA EM FACE, APRESENTA ESCORIAÇÕES ME FACE, NEGA VÔMITO E DESMAIO, APRESENTA TRAUMA EM MID

Observação: ALERGIA: NG

Exatidão sintoma: T.C.E

Provocador(es): - CEFALÉIA MODERADA (4-7/10).

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT

Acolhido(a) por: EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 15/06/2019 08:00

Forma de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1







## Protocolo de Encaminhamento

### TIPO DE OCORRÊNCIA

Causa Externa: Acidente/Violência ( ) Causa Clínica ( ) Obstétrico ( ) Psiquiátrico ( )  
Em caso de violência/acidente: Via Pública ( ) Domicílio ( ) Local de Trabalho ( )

SENHA 5406361

### IDENTIFICAÇÃO

Nome do Paciente: \_\_\_\_\_ Idade: 41  
Sexo: M ( ) F ( ) Profissão: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_  
Endereço Residencial: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: Recife - PE

### CAUSA EXTERNA (ACIDENTE/VIOLENCIA)

Acidente de Trânsito: Ônibus ( ) Caminhão ( ) Carro de Passeio ( ) Motocicleta (X)  
Atropelamento: Pedestre ( ) Ciclista ( )  
Automóvel (Colisão): Passageiro (X) Motorista ( ) Banco de Trás ( ) Banco da Frente ( ) Uso de cinto S ( ) N ( )  
Motocicleta: Motociclista (X) Passageiro ( ) Uso de Capacete: S (X) N ( )  
Semi-Afogamento/Submersão ( ) Soterramento ( )  
Intoxicação Exógena ( ) Animais Peçonhentos ( ) Agente Causador: \_\_\_\_\_  
Exposição ao: Fogo/Fumaça/Choque Elétrico ( )  
Queimaduras: 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau ( )  
Queda: ( ) Altura Aproximada \_\_\_\_\_ Metros ( ) Queda da Própria Altura  
Agressões: ( ) Por Arma de Fogo/Tipo \_\_\_\_\_ ( ) Arma Branca/Tipo: \_\_\_\_\_  
Agressão Sexual ( ) Maus Tratos ( ) Outros ( ) Citar: \_\_\_\_\_  
Mecanismo do Trauma: ( ) Impacto Frontal ( ) Impacto Lateral ( ) Impacto Traseiro ( ) Ejeção ( ) Capotamento

### CAUSAS CLÍNICAS

História Clínica Atual: Doença crônica de Coluna, dor no pescoço e costas há mais de 10 anos  
Hipótese Diagnóstica: Ex. artrose cervical T12-L1

### AValiação Clínica

Glicemia Capilar (HGT): \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ F.C.: \_\_\_\_\_ P.A.: \_\_\_\_\_  
Vias Aéreas: FR \_\_\_\_\_ Dispneia S ( ) N ( ) Tiragem Intercostais S ( ) N ( ) Obstrução Vias Aéreas: S ( ) N ( )  
Sibilos Expiratórios: S ( ) N ( ) BAN\*: S ( ) N ( ) Deformidade do Tórax: S ( ) N ( ) Gemido/Estridor: S ( ) N ( )  
Distúrbio Fala/Choro: S ( ) N ( )  
Agitação Psicomotora: S ( ) N ( ) Lesões de face: S ( ) N ( ) Retração Xifóide: S ( ) N ( )  
Perfusão Periférica: Boa ( ) Lentificada ( ) Bulhas Cardíacas: Normofonéticas ( ) Hipofonéticas ( )  
Pulso: Rítmico ( ) Arritmico ( ) Filiforme ( ) Fino ( )  
Colocação da Pele: Normocorada ( ) Palidez ( ) Cianose ( )  
Sudorese: S ( ) N ( ) Desidratado: S ( ) N ( ) Ictérico: S ( ) N ( )

FR: RN 35-50  
< 1 ano 30-50  
Crianças 20-30  
Adulto 12-30

FC: RN 120-160  
< 1 ano 90-140  
Criança 80-110  
Adulto 60-100

EXCELSIOR SEGUROS  
27 SET. 2019  
SEGURO DPVAT



# HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 17/06/2019 10:22

Nome Paciente: JOHNY CLAUDE DE LIMA  
Cód. Paciente:  
Data de Nascimento: 17/12/1977  
Sexo: Masculino  
Idade: 41  
Senha: 0016  
Convênio:  
Atendimento:  
SAME:

*Order*

Período: 17/06/2019 11:22 - 17/06/2019 11:27

FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: **NAO URGENTE - VERDE**  
Cor: **VERDE**

Queixa Principal: PACIENTE PROVENIENTE DA UPA DE OLINDA VITIMA DE COLISÃO MOTO X CARRO HÁ 2 DIAS.

COM HD DE FX MALEOLO LATERAL TNZ DIREITO

Observação: NEGA HAS, DM E ALERGIAS  
SENHA: 5706361

Fluxograma sintoma: TRAUMA  
Discriminador(es): - EVENTO (TRAUMA) HÁ MAIS DE 6 HORAS  
Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:  
- SACR - REGUA DE DOR: 0  
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15  
- FREQUENCIA CARDIACA: 95.00 BPM  
- P.A. SISTOLICA: 130.00 MMHG  
- P.A. DISTOLICA: 90.00 MMHG  
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 99.00 %

**RECEBIDO**

*Alts*

HMA - Hospital Miguel Arraes  
Lesão de Pele

Sim ( ) Não ☒

Local

EXCELSIOR SEGUROS

27 SET. 2019

SEGURO DPVAT

FATURADO

Ana Pimenta

Acolhido(a) por: FERNANDA MARIA ROCHA BOTELHO - COREN: 498644 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 17/06/2019 11:27

Página 1 de 1

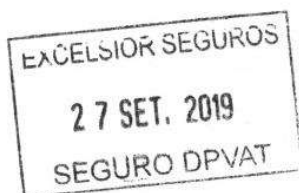


**DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO**

Atendimento..... : 482355      Prontuário: 69367      SAME: 60264      Hora Atend: 11:33      Data Atend: 17/06/2019  
Paciente..... : JOHNY CLAUDE DE LIMA      Idade: 41 a  
Endereço..... : RUA SOLMAR  
Bairro..... : JANGA  
Cidade..... : PAULISTA      UF.: PE      CEP: 53435340  
Convênio..... : SUS - EXTERNO / URGENCIA      Plano.: PLANO UNICO  
CID Principal..... : -  
CID's Secundários. :  
Resultado..... : ALTA APOS MEDICACAO  
Data Saída..... : 17/06/2019      Hora Saída : 14:00

Prestador da Evolução Médica:      PLANTONISTA ORTOPEDIA

**DIAGNOSTICO**



PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA







HOSPITAL  
MIGUEL ARRAES

HOSPITAL MIGUEL ARRAES



GESTÃO  
IMIP  
HOSPITALAR

Atendimento: 482355

Senha da Classificação:

0016

Data e Hora: 17/06/2019 11:33

Paciente: 69367 JOHNY CLAUDE DE LIMA

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 17/12/1977 Idade: 41 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: MARIA JOSE MELO DE LIMA

Nome do Pai: IVANILDO HORACIO DE LIMA

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

Endereço: RUA SOLMAR

1064

Bairro: JANGA

Cidade/UF: PAULISTA

PE

Usuário Atendimento: JOSAFAXA

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso:

Altura:

Temperatura:

Hora:

Queixa Principal

Exame Fisico

Hipotese Diagnostico

Prescrição Médica

Assinatura e Carimbo/Médico

Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatorio ( ) Residência

( ) Transferido: Para

( ) Encaminhado ao setor de internação

EXCELSIOR SEGUROS



HOSPITAL  
MIGUEL ARRÁEZ



EVOLUÇÃO CLÍNICA

Nome: Jaqueline Carneiro Registro: 1001  
Clínica: \_\_\_\_\_ Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_

Data/Hora

01/02/19

Ant. consumo de Fome

e tomava M.

por recusar o trabalho  
comum.

Por + Erosão local.

A DEMONSTRAR Fome

com suspeito de Tomada

com Desejo de Fome.

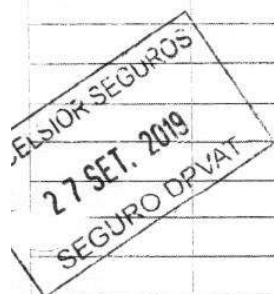
Explicar o Ponto de Curva

de Fome e a Grande Necessidade

no tratamento clínico para

mesmo extenuado todo o Fome

Explicar o mesmo Recurso





( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRESSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190555467 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOHNY CLAUDE DE LIMA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

BENEFICIÁRIO JOHNY CLAUDE DE LIMA

CPF/CNPJ: 22565435878

## Posição em 14-02-2020 11:03:38

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/10/2019	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
03/11/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/__pv7d__gVVQVWAcU\api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9Hzuw7nK081qe08Ed0YQYyX8M=)
15/10/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/C7zZvVYjHKb41y3zaMn09\api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9Hzuw7nK081qe08Ed0YQYyX8M=)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0009797-65.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOHNY CLAUDE DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

R.H.

1. Verifico que o processo em questão se trata de AÇÃO INDENIZATÓRIA SECURITÁRIA – DPVAT.
2. Diante do que se apresenta, defiro o pedido de justiça gratuita.
3. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 334 do CPC.
4. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e o art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art 334 do CPC, podendo as partes a qualquer momento conciliarem e requererem a homologação judicial.
5. O prazo de contestação se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I, do CPC.





6. Cumpra-se com brevidade.

Recife, 25 de março de 2020.

**MARCUS VINICIUS BARBOSA DE ALENCAR LUZ**

***Juiz de Direito***





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 15ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0009797-65.2020.8.17.2001  
AUTOR: JOHNY CLAUDE DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 15ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 59797088, conforme segue transcrito abaixo:

*" DESPACHO R.H. 1. Verifico que o processo em questão se trata de AÇÃO INDENIZATÓRIA SECURITÁRIA – DPVAT. 2. Diante do que se apresenta, defiro o pedido de justiça gratuita. 3. Cite-se a parte demandada para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência do art. 334 do CPC. 4. Diante do fato notório da pandemia do COVID-19, bem como das determinações exaradas por este Tribunal, através da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de março de 2020, e o art. 14 do Ato nº 1027/2020, deixo de designar a audiência conciliatória do art 334 do CPC, podendo as partes a qualquer momento conciliarem e requererem a homologação judicial. 5. O prazo de contestação se iniciará no dia seguinte à data da juntada aos autos do último expediente cumprido, nos termos do art. 231, inciso I, do CPC. 6. Cumpra-se com brevidade. Recife, 25 de março de 2020. MARCUS VINICIUS BARBOSA DE ALENCAR LUZ Juiz de Direito"*

RECIFE, 13 de abril de 2020.

**ANA CECILIA ALBUQUERQUE LINS**  
Diretoria Cível do 1º Grau



ANEXO.



**MM. JUÍZO DA 15ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**PROCESSO NPU 0009797-65.2020.8.17.2001**

**JOHNY CLAUDE DE LIMA**, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**, vem através de seu advogado ao final assinado, em atenção ao despacho ID apresentar sua **RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**, senão vejamos:

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT por Invalidez Permanente, em razão de acidente de trânsito sofrido pela parte Autora, o qual lhe acarretou na **DEBILIDADE PERMANENTE**, esta que se encontra reconhecida através dos documentos juntados.

Pelas razões descritas adiante, não merece nenhum acolhimento às alegações da Ré, vez que, resta comprovada **DE FORMA CLARA E TAXATIVA, A DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, com perfeito atendimento ao inciso I, do artigo 333 do Código de Processo Civil.

A documentação médica acostada aos autos, já comprova, sem nenhuma dúvida, que a parte autora passou a padecer de invalidez permanente, que afetou suas funcionalidades, **uma vez que a sequela de que é portador o compromete laborativamente, por toda a vida, o que lhe confere o direito ao recebimento da integralidade do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR PREVISTO NA ÚNICA TABELA ANEXA A LEI** que regula o seguro.

Descabida também a pretensão da ré em informar que aplica a Lei 11.945 de 04 de Junho de 2009, **realizando a utilização secundária de uma “tabela”**, que além de dispor do percentual, este que se encontra previsto na aludida lei, ainda **traz uma tabela que restringe a indenização de forma parcial (75%, 50%, 25% e 10%), para cada debilidade, fazendo divisões corpóreas, sem levar em consideração a extensão do dano, à sua vontade.**



Ora V. Exa! Não é razoável utilizar-se judicialmente de um procedimento pericial que não se encontra previsto na lei regulamentadora, **É REALIZAR O PAGAMENTO DE ACORDO COM SUA VONTADE, UTILIZANDO-SE DE UMA TABELA QUE FOI ELABORADA POR UM MÉDICO DA PRÓPRIA SEGURADORA, QUE INSTA ASSEVERAR, UNILATERALMENTE!**

**Vale Repisar que a única que se encontra anexa à lei é a que atrai o percentual para cada correspondente debilidade da vítima do acidente, a transcrita abaixo:**

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Rua Siqueira Campos, 551, Loja 01, Centro - Paulista / PE  
F: 81 98408.7778 - 81 98711.6207 / E: andradesantana333@gmail.com



Pelo que se afere com clareza solar, a única maneira de indenizar de forma parcial a debilidade do autor, quando não existente a invalidez total, é através da descrita tabela, posto que é a única norteadora estabelecida em lei.

A defesa da seguradora é padrão, reproduzindo um texto, à sua vontade, trazendo fatos e fundamentos que não tem cabimento para o bom conhecedor da lei que regulamenta a indenização do seguro DPVAT.

Tal tentativa nada mais é que um meio para que seus cofres permaneçam cheios e cada vez mais em virtude da defasagem que o seguro se encontra, as pessoas que mais precisam que são os beneficiários, não consigam suas justas indenizações.

Não é justo que este julgador entenda que a aplicação da perícia que foi realizada, que seja bem claro, HAJA VISTA QUE É REALIZADA ADMINISTRATIVAMENTE, POR MÉDICOS PAGOS PELA PRÓPRIA SEGURADORA, NÃO SERVINDO COMO COMPROVAÇÃO DE DEBILIDADE, logo, não pode ser utilizada para fins de JULGAMENTO!

Entendendo pela utilização da aludida perícia, seria deixar de lado toda uma luta pelos direitos dos segurados, que possuem a necessidade do seguro, bem como corroborar com essa atitude maldosa da seguradora, de induzir este juízo a erro, utilizando-se de formulário direcionado para o entendimento deles, formulário este que também é UNILATERAL, e que os autores não podem impugnar, sendo este o primeiro momento para requerer a IMPUGNAÇÃO DO LAUDO ADMINISTRATIVO, PARA FINS DE JULGAMENTO, DEVENDO SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO TÃO SOMENTE A REPERCUSSÃO DO DANO PARA DEBILIDADE, E, POR CONSEQUENTE, SUA GRADUAÇÃO NOS MOLDES DA LEI.

Logo, as razões trazidas na contestação da ré de que de acordo com a perícia realizada ADMINISTRATIVAMENTE, não merecem prosperar, haja vista que tal perícia se sobressalta ao que é previsto em lei, e tão somente pode ser utilizada para fins administrativos, atraindo a insegurança jurídica para o caso.

É de bom grado que isso seja repisado várias vezes nesta peça de esclarecimento, que a única tabela que atrai o percentual para as debilidades dos beneficiários do Seguro DPVAT, é a prevista em anexo a lei 11945/2009, é a que se encontra nesta peça, sendo, quaisquer outras formas de deduzir, graduar, impor um percentual,



além do que está previsto na lei atual para aplicação no tocante ao pagamento do aludido seguro.

Ademais, visando esclarecer tal situação, segue, para fins de conhecimento deste Nobre Juízo, através de decisão, proferida pela 1ª Vara cível da Capital, o trecho onde o julgador daquela demanda utiliza-se, para fins de decisão, tão somente da Tabela Prevista na Lei que regulamenta os seguros, senão vejamos:

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
PERNAMBUCO 1ª Vara Cível da Capital - Recife-PE. Processo nº  
0012967-75.2013.8.17.0001 Autor: Ciyntia Rogéria Silva  
Cavalcante Ré: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro  
DPVAT SENTENÇA Vistos, etc... Trata-se de AÇÃO DE  
COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT intentada por CIYNTIA  
ROGÉRIA SILVA CAVALCANTE, devidamente qualificada, em  
face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO  
DPVAT, (...) Contudo, entendo que é plenamente possível a  
juntada de outros laudos comprovadamente idôneos, como é o  
caso dos autos. Nesse passo, ficou evidenciado que a autora  
sofreu perda anatômica e funcional, faltando apenas ser  
procedido ao devido enquadramento legal da repercussão da  
invalidez permanente perpetrada pela autora, tudo com fulcro  
no art. 3º, §1º, inciso II, da Lei do Seguro DPVAT (Lei 6.194/74).  
Considerando os danos corporais sofridos pelo autor (perda  
anatômica e funcional completa de membro superior  
esquerdo), e a tabela anexa à referida lei, sugere-se que a  
autora faça jus a 70% da indenização de R\$ 13.500,00, que é o  
valor máximo, correspondente à violação da íntegra do  
patrimônio físico. ISSO POSTO, JULGO PROCEDENTE a  
pretensão autoral, extinguindo o processo com resolução de  
mérito, para condenar a demandada ao pagamento da quantia  
de R\$ 9.450,00, a título de indenização, acrescido de correção  
monetária, com base na tabela ENCOGE, a contar da  
propositura da presente ação, fixando os juros de mora em 1%,  
a contar da data do evento danoso, por se tratar de  
responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54, STJ). Condeno a  
ré, ainda, ao pagamento das custas processuais, bem como ao

Rua Siqueira Campos, 551, Loja 01, Centro - Paulista / PE  
F: 81 98408.7778 - 81 98711.6207 / E: andradesantana333@gmail.com



pagamento dos honorários advocatícios no montante de 20% sobre o valor da condenação. P.R.I. Recife, 02 de janeiro de 2014. Rogério Lins e Silva Juíza de Direito em Substituição 1 D.S

Conforme se coaduna da referida decisão, a única Previsão em lei de enquadramento quanto a debilidade da vítima de acidente automobilístico, é a que foi trazida nesta peça de esclarecimento.

**CASO ESTE JULGADOR ENTENDA QUE SE FAZ NECESSÁRIO GRADUAR A DEBILIDADE DO AUTOR, REQUER NESTE ATO, QUE SEJA APRAZADA UMA PERÍCIA JUDICIAL, PARA QUE TIREM TODAS AS DÚVIDAS.**

Logo, diante do que aqui foi exposto, requer a total procedência da demanda, nos moldes requeridos na petição inicial, ou seja, que seja pago o valor referente à indenização, e o percentual DEVIDAMENTE ESTABELECIDO EM LEI, prevista na tabela que se encontra anexa à lei.

**CASO ESTE JULGADOR ENTENDA PELA DEBILIDADE, PUGNA PELA NOMEAÇÃO DO PERITO DO JUÍZO INVOCANDO PARA TANTO O CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SEGURADORA RÉ E O TJPE, DISPONIBILIZANDO HONORÁRIOS PERICIAIS DE R\$ 200,00 VISANDO TAIS FINS.**

Neste temos,  
Pede Deferimento.  
Recife, 20 de maio de 2020.

**Kleiton do Nascimento Andrade**  
**OAB-PE 45.895**

**Alexsandro Silva de Santana**  
**OAB-PE 49.091**

**José Paulo Barbosa de Oliveira Júnior**  
**OAB-PE 51.853**







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção B da 15ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810315

Processo nº **0009797-65.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOHNY CLAUDE DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

**DESPACHO**

R. hoje.

Tendo em vista o despacho de id 59797088 dos autos, vejo que autora se antecipou ofertando réplica à contestação, uma vez que, nos autos não houve resposta por parte de demandada ao processo.

Assim sendo, chamo o Feito à ordem, revogando o meu despacho e, consequentemente, determinando desentranhamento dos mesmos, fazendo a entrega ao causídico mediante exararão de certidão nestes autos.

Por fim, certifique a Diretoria Cível se as demandadas foram citadas e, em caso afirmativo, se ofertaram ou não defesa nos autos, voltando, em seguida, conclusos.

Recife, 05 de junho de 2020.

**Juiz de Direito**

